

Desenvolvimento v. Geopolítica: O Caso de El Salvador

Equipa Biden Trabalha para Reacender Guerras Populacionais na América Central

por Gretchen Small

FIGURA 1

Ver imagem ampliada

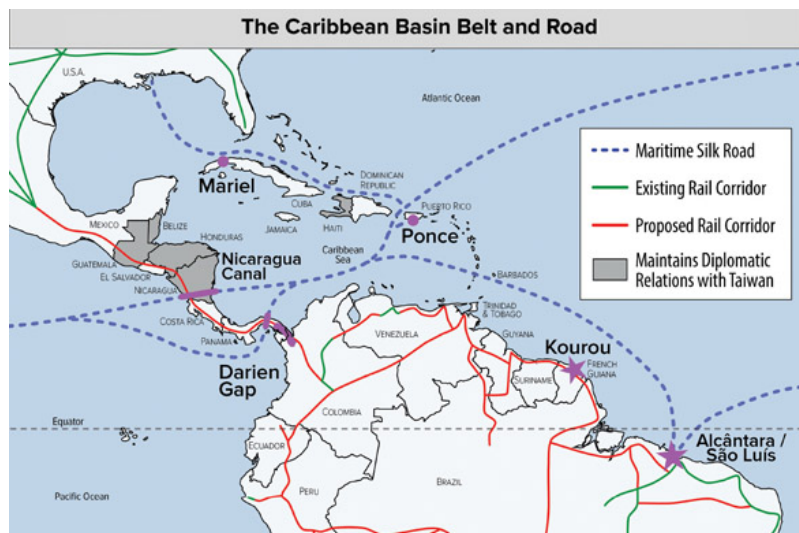
Title: **O Cinturão e Rota para a Bacia do Caribe/Caraíbas**

Maritime Silk Road: **Rota da Seda Marítima**

Existing Rail Corridor: **Corredor Ferroviário Já Existente**

Proposed Rail Corridor: **Corredor Ferroviário Proposto**

Maintains Diplomatic...: **Mantém Relações Diplomáticas com Taiwan**



EIRNS

A estratégia Biden-Harris para resolver a crise migratória na fronteira sul dos EUA não é a política humanitária que tem sido apregoada. É tão somente a mais recente reciclagem da política explicitamente dedicada a depopulação malthusiana que foi elaborada há cinco décadas atrás. Elaborada pelas forças anglófilas que, embebidas no seio das elites dos EUA, se dedicam hoje a acabar com os Estados Unidos, e com a maior parte do resto do planeta, através da fraude que é o “Grande Reinício Verde” (“Great Reset”).

Para ajuizar independentemente disto, comece-se pelo que é necessário, e que é o que se segue.

Chegou a altura de libertar a América Central de pobreza e de conflito. Os sete países da América Central estão perfeitamente situados para se transformarem, ao longo das próximas uma ou duas décadas, em nexos modernizados (aos níveis agrícola, industrial e logístico) da Iniciativa global do Cinturão e Rota (ver **Figura 1**).

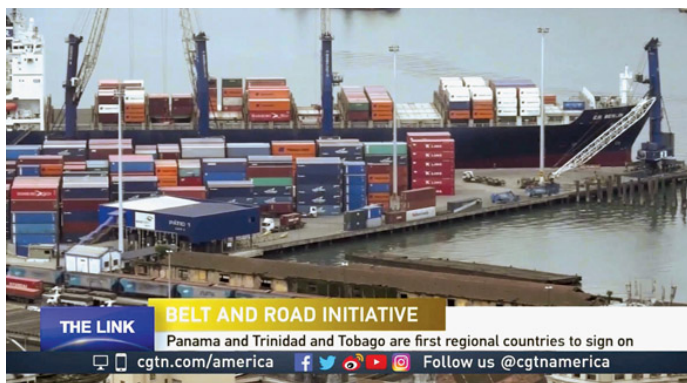
Para concretizar isto, precisam de uma ferrovia de alta velocidade a atravessar a região, e a interetar (preferencialmente) dois vastos canais transístmicos. E, de uma explosão de brigadas de literacia, de programas de formação para professores, de profissionais de saúde, de trabalho qualificado, e de técnicas agrícolas modernas. O trabalho qualificado e os jovens engenheiros

centro-americanos que daí surgirão terão anos de trabalho à sua frente para desenvolver a região num ponto de conexão produtivo entre as Américas do Norte e do Sul, e também entre o Pacífico e a Bacia do Caribe/Caraíbas. São necessárias incontáveis estradas e ramais ferroviários de ligação para conectar vilas e cidades da região ao corredor de desenvolvimento que se desenvolverá ao longo de ambos os lados da ferrovia transcontinental. Da mesma forma, são precisas dúzias de novos hospitais, centenas de clínicas, milhares de escolas. E, ainda, perícia em gestão hídrica e em controlo de cheias, para desenvolver estratégias para proteger a região dos efeitos dos furacões que inevitavelmente afligem a América Central.

Este desenvolvimento vai requerer muito *mais* pessoas, mas a América Central tem muito espaço para crescimento populacional. O território centro-americano é maior que o do Japão num terço, sendo que o Japão tem uma população duas vezes e meia maior que a da América Central. É só agora que a população centro-americana está a aproximar-se das 50 milhões de pessoas, uma vez que, ao longo das últimas quatro décadas, milhões de centro-americanos foram forçados a migrar para sobreviver.

Os centro-americanos estão ansiosos por uma tal mudança. Cansados com a falta de infraestrutura e de empregos, com a falta de futuro, com gangs bestializados e narco-conflitos, os centro-americanos repararam que a China, outrora tão empobrecida e destruída como eles próprios ainda estão, veio a transformar-se a si mesma num gigante tecnológico de classe mundial, no processo eliminando a extrema pobreza. Panamá, Costa Rica e El Salvador aceitaram a oferta chinesa de cooperação para desenvolvimento, através do projeto infraestrutural global do Cinturão e Rota. Outras nações da América Central estão a considerar fazer o mesmo. Querem ativamente que os EUA se juntem à China para os ajudar a levar a cabo este desenvolvimento.

Ver imagem ampliada



CGTN

A Iniciativa chinesa do Cinturão e Rota está a trazer desenvolvimento económico à Ibero-América. Panamá, Costa Rica, El Salvador, e Trinidad e Tobago já subscreveram a iniciativa.

Partindo desse ponto de vista, olhe-se agora para aquilo que está a ser oferecido por Biden-Harris.

Sob tal desígnio, a transformação da economia centro-americana deve ser entregue aos maltusianos fanáticos do Fórum Económico Mundial (o grupo de Davos) e, nisto, qualquer governo que se recuse a alinhar pela “ordem baseada em regras” dos anglo-americanos, ou que proponha colaboração com a China em desenvolvimento, será sujeita a sanções, e às bem-conhecidas operações de mudança de regime.

Ver imagem ampliada



Presidencia de la República de El Salvador

O Presidente salvadorenho Nayib Bukele entregou 34,000 doses da vacina de COVID a sete municipalidades hondurenhas, após um encontro, em Maio, com os presidentes dessas municipalidades.

Ver imagem ampliada



Presidencia de la República de El Salvador

O Presidente salvadorenho Nayib Bukele inaugura um mega-centro de vacinação, a 12 de Abril de 2021.

Este último ponto não é uma ameaça vã. O Presidente Nayib Bukele, de El Salvador, já foi rotulado de “autoritário” por Washington, e o seu governo está agora sob ataque. Bukele foi eleito em 2019 com base na premissa de derrubar a “política do mais do mesmo”, colocar as pessoas em primeiro plano, resolver problemas físico-económicos, e providenciar segurança. Os pequenos passos que teve a capacidade de tomar, nos seus dois primeiros anos no cargo, ganharam, ao seu partido “Novas Ideias”, uma vitória esmagadora nas eleições legislativas de Fevereiro de 2021.

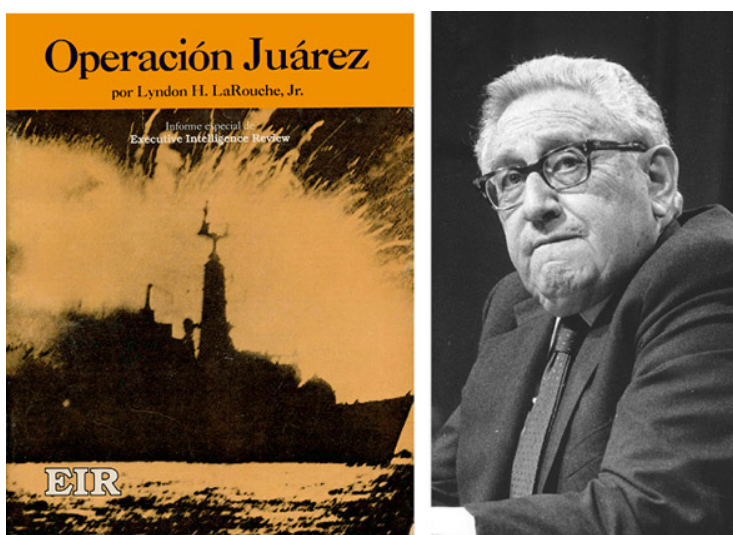
E, também lhe granjearam grande popularidade ao longo da região. Um grupo de sete presidentes municipais hondurenhos, que recorreram ao Presidente Bukele, em pessoa, para que garantisse vacinas para as suas respetivas populações (vacinas que, até aqui, a Administração Biden se recusou a conceder), descreveram recentemente as condições das suas municipalidades empobrecidas a representantes do Instituto Schiller. Um destes presidentes municipais narrou o modo como as mulheres grávidas da sua municipalidade não têm quaisquer instalações médicas onde possam dar à luz em segurança. O hospital mais próximo fica em Tegucigalpa, a capital da nação, que fica apenas a 34 quilómetros; porém, não há estradas pelas quais chegar à capital, pelo que as mulheres têm de andar três a quatro horas a pé, antes de terem a possibilidade de apanhar um autocarro pelo qual chegar ao hospital.

Aqui, identificamos sumariamente as raízes das condições ainda prevalentes na região; a mesma região que sucessivas administrações dos EUA insistiram ser “o quintal das traseiras dos EUA”. Estas raízes remontam até cinco décadas atrás, ao período em que depopulação malthusiana foi estabelecida como política de segurança nacional dos EUA, na sequência do abandono do Sistema de Bretton Woods em prol de interesses britânicos, em 1971, pelo Presidente Richard Nixon. A par

de depopulação, foi estabelecida uma política de fomento do narcotráfico ao longo das Américas, em prol do bancarroto sistema bancário internacional.

O estadista estadunidense Lyndon LaRouche combateu estas políticas com unhas e dentes, a cada passo do caminho. A América Central já se teria tornado numa parte florescente do projeto do Cinturão e Rota, caso Henry Kissinger não tivesse ganho a batalha política na administração Reagan, contra a famosa [estratégia](#) de LaRouche em 1982, *Operação Juárez*, para substituir usura de dívida com uma série de grandes projetos de desenvolvimento infraestrutural integrado ao longo das Américas.

Ver imagem ampliada



EIRNS

EIRNS/Stuart Lewis

Em 1982, Lyndon LaRouche propôs descartar usura de dívida em prol de uma série de grandes projetos infraestruturais ao longo das Américas. Contra LaRouche, Henry Kissinger, que, ao invés, promoveu redução populacional. À esquerda, a capa da versão em língua espanhola da Operação Juárez (edição Executive Intelligence Review), o plano de Lyndon LaRouche; à direita, Henry Kissinger.

Kissinger, o auto-professado agente britânico, e os seus comparsas na burocracia permanente, promoveram redução populacional e o modelo colonial britânico “Hong Kong” como futuro para a região, e ganharam a batalha. Desde então, nenhum presidente estadunidense contrariou esse programa imperial.

As milhares de crianças centro-americanas desacompanhadas que chegam hoje à fronteira sul dos EUA são um resultado dessa política. Tanto quanto o são os narcóticos e os gangs de narcotraficantes presentes ao longo dos Estados Unidos. Chegou o momento de extirpar de vez, do governo dos EUA, todos os baluartes remanescentes desta perspectiva maltusiana.

O ‘Plano Migratório’, para Mudança de Regime, de Biden-Harris

Desde a campanha presidencial que a equipa Biden-Harris tem vindo a prometer que lançará uma estratégia de quatro anos, e \$4 biliões, para lidar com “as Causas Essenciais da Migração Irregular” provinda do México, e dos três países da América Central que Washington D.C. veio a apelar de “Triângulo do Norte”: Guatemala, El Salvador e as Honduras.

Não foi estabelecido nenhum programa de assistência económica. Não houve qualquer exportação de vacinas para Covid-19; isso está para vir “um dia destes”. Ao invés, aquilo que está bem em decurso é o impulso para sanções e mudança de regime, como ponta de lança para a “Estratégia das Causas Essenciais” da Equipa Biden.

A “Ordem Executiva para a Criação de uma Framework Regional Abrangente para Lidar com as Causas da Migração...”, assinada pelo Presidente Biden a 2 de Fevereiro de 2021, identifica “o combate à corrupção, o fortalecimento de governância democrática, e o avanço do Estado de Direito” como as primeiras de cinco prioridades. “Dar resposta a insegurança económica e a desigualdade” surge em último lugar na lista; e, nem sequer existe ao nível da ação concreta.

“Estado de Direito” e “anti-corrupção” são o mantra do dia. William Popp, o Embaixador dos EUA à Guatemala, nos seus breves comentários a um fórum político do Conselho Atlântico (Atlantic Council) sobre o “Triângulo do Norte”, a 27 de Maio, conseguiu nomear “Estado de Direito” uma dúzia de vezes, como a chave para resolver o problema da migração; com “combate à corrupção” a surgir logo a seguir, em segundo lugar.

Ver imagem ampliada



White House/Lawrence Jackson

A Vice-Presidente Kamala Harris, responsável pela estratégia, da administração Biden, de redução da migração da Ibero-América.

A primeira discussão conhecida sobre algo sequer vagamente a ver com “insegurança económica” surgiu, finalmente, a 27 de Maio, quando a Vice-Presidente Kamala Harris, responsável pela estratégia da administração Biden para reduzir os fluxos migratórios da região, convocou uma reunião, na Casa Branca, com doze organizações e companhias privadas ativas na região. A reunião foi apelidada de “Apelo à Ação pelo Setor Privado, para que Aprofunde Investimento no Triângulo do Norte”.

A discussão foi um insulto à inteligência centro-americana. Quando os representantes chineses se encontram com governos ao longo da Ibero-América e das Caraíbas, discutem o modo como a China pode ajudar a construir e a financiar grandes projetos de economia física, como pode estabelecer institutos avançados de engenharia ferroviária, e como pode oferecer assistência médica. Em contraste, esta reunião da Casa Branca não teve sequer na agenda algo tão mundano como assistência para a melhoria de estradas existentes. Os participantes na reunião incluíram dois bancos colombianos, a Mastercard, a Microsoft, um par de ONGs (especializadas em “microfinança”, “micronegócios” para as mulheres), a organização “Tendas para Refugiados”, um produtor de café e outro de iogurte, “apps” para educação, e, o Fórum Económico Mundial (dos financeiros focados na promoção do “Grande Reinício”).

A agenda da Casa Branca esteve marcadamente focada na discussão de como criar um “ambiente propício ao negócio” na região, de modo tal a que companhias privadas possam providenciar “inclusão digital e financeira”, “agricultura amiga do clima” e “energia limpa”. Ao menos, a agenda nomeou como “área de foco” a melhoria do acesso à saúde, e reconheceu que fazer isso implicaria “apoiar acesso limpo a água potável e a sanitação”. É um fato que a Escola de Saúde Pública Harvard Chan participou na reunião, embora, e até agora, o seu mandato pareça mais relacionado com a melhoria de sistemas de gestão de dados de saúde, que com qualquer assistência médica concreta.

O que é auto-evidente, não obstante os disparates de Harris sobre um “Apelo à Ação”, é que o maltusiano Fórum Económico Mundial recebeu o papel central na coordenação de todo o programa para a região. Não haverá qualquer salto para uma economia industrial e agrícola moderna na América Central. Pelo menos enquanto o Fórum Económico Mundial for a parte encarregue de concertar os “atores comprometidos”, de gerir as discussões entre governos, sociedade civil, setor privado, etc., e, enquanto puder alinhar o “investimento sustentável de longo termo” para refazer a região à imagem dos seus próprios desígnios.

Ver imagem ampliada



Presidencia de la República de El Salvador

O Presidente salvadorenho Bukele e a sua esposa (à esquerda), com o Presidente chinês Xi Jinping e a sua mulher. A China e El Salvador assinaram um acordo para projetos em El Salvador durante a viagem de Bukele à China, em Dezembro de 2019.

Matem El Salvador, Take Dois

O argumento de que o Presidente Bukele é um “autoritário” que não respeita a “Estado de Direito” tem sido feito ganhar tração desde há algum tempo. Quando Bukele foi eleito, muitos em Washington estavam confiantes de que ficaria do lado “direito” do jogo ideológico, e, em especial, de que quebraria as relações com a República Popular da China. Essas relações foram estabelecidas pelo governo prévio, durante os últimos meses de mandato; esse governo tinha, assim, posto um fim a décadas de laços diplomáticos com Taiwan, em vez de Pequim.

Ver imagem ampliada



lopezobrador.org

O Presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador dá as boas vindas, a território mexicano, ao Presidente salvadorenho Nayib Bukele, em 2019.

Não só Bukele não reestabeleceu relações com Taiwan, como pretendido por Washington, como viajou para a China em Dezembro de 2019, e assinou um acordo pelo qual a China se comprometeu a construir quatro projetos em El Salvador. Para além do mais, Bukele estabeleceu uma relação

calorosa com o Presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador, também rotulado de “autoritário populista” pelos interesses financeiros.

As coisas tornaram-se feias, porém, quando o partido “Novas Ideias” de Bukele, fez uso, a 1 de Maio, da sua maioria avassaladora na Assembleia Legislativa de El Salvador, para substituir o Procurador Geral e os membros do Supremo Tribunal, que estavam na carteira da oposição. Seguiram o procedimento especificado na Constituição de El Salvador para o fazer, e tinham, da mesma forma, o poder para o fazer, uma vez que nas eleições legislativas de Fevereiro, o “Novas Ideias” adquiriu uma maioria esmagadora, ganhando 56 lugares parlamentares, dois terços dos 84 lugares da legislatura.

Os dois partidos que tinham governado o país entre 1992 e 2019 tinham sido esmagados: com o ARENA, o partido de direita de linha dura, a obter apenas 12% dos votos na eleição legislativa; e, o FMLN, o antigo partido de guerrilha de esquerda, a obter apenas 6%.

A 2 de Maio, Harris, a Vice-Presidente dos EUA, tweetou sobre as suas “preocupações profundas para com a democracia de El Salvador”, avisando que “um ramo judicial independente é crítico... a uma economia forte”. Por seu lado, o Secretário de Estado dos EUA, Tony Blinken, ligou a Bukele para lhe lembrar que o Procurador Geral deposto, Raúl Melara, era um homem dos EUA (“um parceiro concreto” na “luta contra corrupção e impunidade”). E, Juan Gonzalez, o Conselheiro de Biden para Assuntos Latino-Americanos tweetou que “esta não é a forma como as coisas são feitas num estado democrático”.

Ver imagem ampliada



U.S. Embassy/Juan Francisco Casal

Mari Carmen Aponte (de pé), a Embaixadora de Obama a El Salvador, reportou que estava sob discussão a possibilidade de vir a restringir as remessas de dinheiro para El Salvador (ou seja, as remessas e transferências feitas por imigrantes salvadorenhos nos EUA, para as suas famílias na terra natal). Isto estrangularia El Salvador.

A publicação *The Economist*, de Londres, argumentou que “um aperto económico” é a melhor forma de quebrar Bukele, uma vez que negaria a Bukele os fundos de que precisa para levar a cabo os programas sociais e de infraestrutura que galvanizam a sua base de apoio. Está a ser dito que os EUA bloquearão um empréstimo do FMI agora a ser negociado, e a ex-Embaixadora do Presidente Obama a El Salvador, Mari Carmen Aponte, reporta que estão a haver discussões sobre a possibilidade de vir a restringir o envio, por imigrantes salvadorenhos noutros países, de remessas de dinheiro de volta para El Salvador. Isso estrangularia financeiramente o país. As remessas de dinheiro dos salvadorenhos que vivem no estrangeiro (em especial, nos EUA) compõem 20% do PIB de El Salvador, e, de modo genérico, um terço do rendimento dos lares salvadorenhos, e até 50% dos rendimentos dos lares rurais.

A 3 de Maio, Bukele convocou uma reunião para explicar, aos corpos diplomáticos postados em San Salvador, porque é que as ações da Assembleia Legislativa foram tomadas, e porque é que foram constitucionais. Todos os chefes de Embaixada compareceram, com a exceção do Chargé d’Affaires dos EUA. Bukele descreveu aos diplomatas a corrupção da anterior Assembleia

Legislativa, tal como a dos juízes depostos, e a do Procurador Geral. Ao longo de 30 anos, o governo tem sido baseado numa “obscena divisão bipartidária dos espólios.”

“Vocês construíram o vosso país”, respondeu Bukele a um embaixador. “Agora deviam deixar-nos construir o nosso. É muito difícil fazê-lo se nos quiserem amarrar a um passado que, como sabem, não foi bom para nós. Se continuarem a sujeitar-nos às coisas que nos mantiveram subdesenvolvidos, então nunca nos desenvolveremos”.

Bukele reportou que ele próprio estava surpreendido com a quantidade de jovens na nova legislatura. Estes são “pessoas jovens que querem mudar o seu país... Portanto, estou a pedir-vos, deixem-nos fazê-lo. Deixem-nos mudar o país... Se nos amarrarem [ao passado], seremos sempre um país pobre, subdesenvolvido, no qual as pessoas terão de ir trabalhar para os Estados Unidos, ou para o Canadá, uma vez que não conseguem arranjar um emprego produtivo aqui... Deixem-nos desenvolver-nos... Bons amigos deixam que os amigos também se desenvolvam”.

A equipa Biden aplicou o seu primeiro golpe contra o governo Bukele a 18 de Maio, com o Departamento de Estado dos EUA a incluir dois oficiais de topo no governo na lista de “Oficiais Corruptos nas Honduras, na Guatemala e em El Salvador”. A lista é enviada ao Congresso dos EUA sob a infame “Lei Magnitsky de Responsabilização por Direitos Humanos, à Escala Global”, que arroga ao governo dos EUA o direito de aplicar sanções a quem quer que seja, em qualquer país que escolha.

O próprio relatório do Departamento de Estado admite que, para a elaboração da lista, são usadas “peças de imprensa... ou alegações”, bem como “informação credível”. Carolina Recinos, a Chefe de Gabinete de Bukele, é acusada de se envolver em “significativos atos de corrupção durante o seu mandato” (sem detalhes adicionais), ao passo que os alegados “significativos atos de corrupção” do Ministro da Segurança e da Justiça, Rogelio Rivas, mesmo que sejam verídicos, de nenhuma forma tocam interesses vitais dos EUA. (É alegado que De Rivas “concedeu à sua própria empresa de construção vários contratos não-competitivos e não-publicitados para a construção de esquadras de polícia e de outras instalações que recaem sob a sua capacidade oficial”, e de que isto “inflacionou o custo dos materiais”.)

A lista foi divulgada pela representante congressional Norma Torres (Democrata da Califórnia), chefe do Agrupamento Centro-Americano na Casa de Representantes dos EUA. Torres é também uma aliada próxima de Kamala Harris, que avisou esperar que a administração Biden “use todos os meios à nossa disposição, incluindo sanções, restrições de viagem, negação de apoio para impedir futuros atos de corrupção, e desmantelar os sistemas que permitem que haja a ocorrência de corrupção,” para punir ofensores designados.

Isto teve um follow-up a 21 de Maio, quando a Agência para Desenvolvimento Internacional (USAID), do Departamento de Estado dos EUA, anunciou que a USAID irá “redirecionar a sua assistência, para a negar” à Assembleia Legislativa de El Salvador, ao Supremo Tribunal, e à Polícia Civil Nacional, para, ao invés, financiar os esforços de “organizações de direitos humanos e de sociedade civil local”, de modo a garantir alegada “governância democrática”. O anúncio foi feito pessoalmente por Samantha Power, administradora da USAID, notória como uma das mais importantes arquitetas da política de mudança de regime que destruiu o Sudoeste Asiático, durante a era Obama.

O Presidente Bukele denunciou a fraude subjacente a tudo isto num tweet de 21 de Maio:

“Se perguntarem a QUAISQUER dos salvadorenhos hoje na fronteira dos Estados Unidos qual a razão pela qual fugiram do seu país, 99.9% responderão: 1. Falta de um emprego. 2. Insegurança. É muito revelador que a USAID tenha optado por parar de financiar... SEGURANÇA! Será que o real plano é o de criar mais imigração.

Maltusianismo é a Real Causa Essencial da Migração

Dirigindo-se a uma conferência da *Executive Intelligence Review (EIR)* a 16 de Maio de 1982, Lyndon LaRouche [avisou](#) que estava em decurso uma nova doutrina militar, a de “guerra populacional de Terceiro Mundo”. “A nova política que é proposta, que foi manufaturada na Grã-Bretanha, e que é por vezes designada de política de ‘guerra populacional’, é a de orientar forças dos EUA e da OTAN para ‘guerra convencional’ contra populações de nações do setor em vias de desenvolvimento”, acusou LaRouche.

LaRouche apontou para dois documentos da administração Carter, *Global 2000* e *Global Futures*,

[que] definem como principal ameaça estratégica dos 1980s não as forças militares soviéticas, mas sim o tamanho das populações da América Latina, de África e da Ásia. Asseveram que os números excessivos de pessoas de pele negra, castanha e amarela estão a consumir, no seu agregado, demasiados dos recursos naturais dos territórios que habitam, recursos naturais que a raça anglo-saxónica tem de conservar para as suas necessidades futuras...

O propósito não é o de reduzir as populações da América Latina, de África e da Ásia, simplesmente através de ter soldados estadunidenses, britânicos e franceses a disparar para as populações civis. Ao invés, o flagelo da guerra nestas regiões do mundo visa destruir largas porções da infraestrutura económica básica das nações vitimizadas. O propósito é o de criar condições de fome, doença epidémica e pestilências que sejam suficientes para causar os desejados aumentos na taxa de mortalidade.

A política de “guerra populacional” foi uma expansão da política de genocídio contra o setor em vias de desenvolvimento, que tinha sido denunciada por LaRouche na sua primeira transmissão na televisão nacional dos EUA, como candidato presidencial, dada nos últimos dias da campanha eleitoral de 1976.

À altura, LaRouche não sabia (nem mais tarde, em 1982, quando deu o seu aviso sobre “guerra populacional”) que, em Dezembro de 1974, o Conselho de Segurança Nacional do EUA, então chefiado por Henry Kissinger (que servia em simultâneo como Secretário de Estado!), tinha emitido o Memorando de Estudo de Segurança Nacional 200 (NSSM 200), um [estudo](#) de 250 páginas intitulado “Implicações de Crescimento Populacional Global para Interesses Externos e de Segurança dos EUA”. O NSSM 200 declarava que crescimento populacional, em particular no setor em vias de desenvolvimento, era uma ameaça de segurança nacional aos Estados Unidos, requerendo que os EUA agissem para reduzir a ameaça. Esse memorando, e a série dos memorandos que se seguiram, a implementar a política, incluindo os memorandos elaborados sob Zbigniew Brzezinski, Conselheiro de Segurança Nacional para Jimmy Carter, permaneceram confidenciais até 1989, e só foram divulgados ao público em 1990, através dos Arquivos Nacionais.

Os memorandos levaram à criação de um aparato de planeamento político dedicado à produção de medidas malthusianas, esse aparato estabelecido no seio da “burocracia permanente” dos EUA (também conhecida como complexo industrial-militar). O Grupo Ad Hoc para Política Populacional no Conselho de Segurança Nacional, e o Gabinete de Assuntos Populacionais (OPA) no Departamento de Estado, elaboraram conjuntamente o relatório *Global 2000*, de 1980, citado por LaRouche, que declarou abertamente o propósito de reduzir a população global em dois biliões de pessoas.

Matem El Salvador, a Primeira Ronda

Em 1981, a *EIR* publicou uma série de artigos explosivos a documentar o modo como estes interesses estavam preparados para concretizar o seu propósito por quaisquer meios necessários.

Um dos artigos mais horrorizantes era sobre o que estes monstros estavam a planear para El Salvador, uma nação sem grandes números populacionais (umas 4.5 milhões de pessoas em 1980), escolhida como campo de teste para estratégias pelas quais infligir morte máxima.

Nessa altura, vários países na América Central tinham sido arrastados para guerras de guerrilha. Essas guerras foram fomentadas por forças externas, através da exploração de desigualdades e injustiças locais, e com o fornecimento de armas a todos os lados. E, foram criadas e sustidas para desenvolver “fichas de negociação” para jogos geopolíticos mais alargados. (Como posto por um bispo salvadorenho nessa altura: “As grandes potências providenciam as armas, El Salvador providencia os cadáveres”.)

A guerra civil começou em El Salvador em 1979. Em 1992, quando a guerra tinha formalmente terminado, mais de 75,000 vidas tinham sido perdidas, não contando com aqueles que morreram das consequências da destruição de infraestrutura e da ruína de terras agrícolas.

Na peça de acompanhamento a este artigo, “Maltusianos Visam El Salvador com Guerra de Depopulação”, o(a) leitor(a) pode apreciar o modo como dois maltusianos essenciais, aos quais foi dada responsabilidade sobre o caso de El Salvador, discutem descaradamente os seus propósitos. Um destes maltusianos é Thomas Ferguson, oficial para a América Latina no OPA do Departamento de Estado. O outro é William Paddock, um agrónomo que trabalhou por muitos anos na América Central para o “centro de investigação” pioneiro da United Fruit. Paddock era notório como fanático para depopulação desde 1967, quando publicou, em conjunto com o seu irmão Paul, um livro arrepiantemente intitulado de *Fome 1975! A Decisão da América: Quem Vai Sobreviver?*

Preste-se atenção à insistência dos autores na necessidade de fomentar guerra constante “para dar conta do serviço” de reduzir a população, como Ferguson coloca a questão. Ferguson argumentou que, “se a guerra durasse uns 30 ou 40 anos, então aí sim, alcançar-se-ia alguma coisa”, havendo, porém, a dificuldade de garantir “violência política ininterrupta” ao longo de todo esse tempo.

Num fórum público por volta da mesma altura, Paddock propôs que, nos EUA, os decision-makers políticos podiam garantir “violência contínua” pelo apoiar ambos os “lados” da guerra civil em simultâneo. Urgiu a administração Reagan a continuar a apoiar o governo militar então no poder em El Salvador, e também a começar de imediato a trabalhar com a guerrilha de oposição, para depois fazer uma inversão de termos, e começar a trabalhar com “a oposição da oposição”, numa cadeia sem fim, sendo indiferente qual força de combate é apoiada, contando que a luta continue para matar pessoas.

Uma política que foi diligentemente implementada, como reconhecível por qualquer um que seja familiar com a História da política dos EUA para com El Salvador ao longo das décadas que se seguiram.

Do Modelo de Hong Kong...

Durante os 1980s, LaRouche propôs repetidamente ao Presidente Reagan que os Estados Unidos trabalhassem com o Grupo Contadora, formado por quatro dos maiores nações da região (Colômbia, México, Panamá, Venezuela), para o propósito de colocar um fim aos conflitos na América Central. Isto poderia ser feito tanto através de cooperação para reduzir o número de armas que estavam a afluir à área, como de trabalho nos grandes projetos necessários ao desenvolvimento da infraestrutura agro-industrial, de energia, e de transportes, da América Central.

Porém, e no que foi um surpreendente volte-face, em Julho de 1983, o Presidente Reagan nomeou Henry Kissinger (que há muito tinha sido identificado por Reagan como o porta-estandarte para os falhanços de política externa dos EUA) para encabeçar uma “Comissão Nacional Bipartidária para a América Central”, encarregue de delinear a política da administração para a região.

A decisão fechou oficialmente a porta a qualquer discussão séria do argumento, de LaRouche, de que era do interesse estratégico dos EUA reverter a sua política de austeridade e coleta de dívida para com as Américas, descartando essa política em prol de uma mais coerente com o Sistema Americano Hamiltoniano de Economia: e, que, nomeadamente, seria uma de assistência tecnológica e de exportação em larga escala de bens capitais estadunidenses para a região.

O relatório final da Comissão Kissinger (como a comissão se veio a tornar conhecida), emitido em Janeiro de 1984, foi especificamente alicerçado na mentira maltusiana de que “excesso de população representa uma ameaça séria ao desenvolvimento e à saúde da região”, e exige o objetivo de “uma redução sustida das taxas de crescimento populacional”.

Comércio livre e uma economia centrada em dinheiro era o novo paradigma. À imagem do plano Biden-Harris, a Comissão insistia que crescimento económico só é possível para “economias livres e abertas” que providenciem “condições melhoradas de investimento” para a iniciativa privada. O “motor para o crescimento” tem de ser o empreendimento privado, e não os estados, e aqui tem de ser colocada a ênfase em *maquiladoras* (instalações de “montagem” baseadas em trabalho extremamente precário), e em outros empregos de baixa tecnologia, trabalho intensivo e ausência de futuro.

Há poucas dúvidas de que o narcotráfico que estava então a proliferar ao longo da região era também incluído como uma parte central das “economias livres e abertas” da América Central.

Uma “iniciativa privada” nomeada no relatório era a da United Brands, infame pelas suas plantações coloniais. De acordo com testemunhos de oficiais da Drug Enforcement Agency (DEA) à *EIR*, navios da United Brands, provindos da América Central, traziam cerca de 20% de toda a cocaína que afluía aos Estados Unidos no final dos 1970s. Esta era a companhia que o relatório da Comissão Kissinger saneava efusivamente, como estando regenerada e como sendo “uma cidadã modelo e um empregador modelo”.

Da mesma forma, Hong Kong, à altura ainda uma colónia da Coroa britânica, era tida como um modelo, sob o mote de “Condições de Investimento Melhoradas”. O papel de Hong Kong como centro de coordenação e ponto de transbordo para o florescente tráfico de ópio e heroína do Sudeste Asiático era um fato bem conhecido.

Ver imagem ampliada



CC/Gatito504 honduritas

Gangs apanhados no tráfico de crack foram transformados de lutadores de rua em terroristas bestializados. Aqui mostrado: membros do gang Mara 18 (MS-18) em Escuintla, Guatemala, 23 de Agosto de 2005

...ao Mara Salvatrucha

Ainda antes de Kissinger vender o seu modelo de economia de narcóticos à administração Reagan, as redes do Vice-Presidente George H. W. Bush no seio da administração Reagan (com a liderança de John Negroponte, Embaixador dos EUA para as Honduras, de “Marshal” Elliott Abrams, pretense marechal, e do Tenente-Coronel Oliver North) estavam a supervisionar pessoalmente a força nicaraguana de mercenários conhecida como os “Contras” e, da mesma forma, o tráfico de cocaína pelo qual financiavam a sua operação. Até o próprio aeródromo dos EUA em Ilopango, El Salvador, era usado para o tráfico.

A 18-20 de Agosto de 1996, o jornalista Gary Webb, para o *San Jose Mercury News*, tornou pública a história de que os traficantes que tinham introduzido crack barato, e instantaneamente aditivo, nos bairros pobres de Los Angeles, e que o tinham feito pela primeira vez logo em 1983, eram parte dessa operação Contra, liderada pelo governo dos EUA. Em 1985, nas poucas semanas entre a Ação de Graças e o Natal, foi introduzido crack simultaneamente nas ruas de uma dúzia de outras cidades dos EUA, naquilo a que a DEA chamou uma das mais organizadas operações de narcotráfico alguma vez vistas. De acordo com a reportagem de Gary Webb para o *San Jose Mercury News*, as mesmas redes “Contra” depressa adicionaram uma rede de tráfico de armas às redes nacionais de distribuição de crack¹.

O crack é um homicida, e presta-se à criação de homicidas, a partir de crianças abandonadas pela sociedade. Os utilizadores de crack são propensos a violência, a paranóia, e a oscilações de humor imprevisíveis. Os “direitos” de produção e tráfico de crack (que é, de resto, muito fácil de manufaturar) foram entregues a gangs de rua negros e hispânicos, e aos seus membros jovens e pobres. Os gangs apanhados na operação foram transformados de jovens lutadores de rua em operadores terroristas bestializados, cujas fileiras foram preenchidas largamente por crianças desumanizadas por narcóticos e homicídio.

Esta foi a génese de Mara Salvatrucha (MS-13) e similares gangs de narcotraficantes, criados nos Estados Unidos a partir da operação de crack do “governo secreto” de George Bush. No início dos anos 90, o governo dos EUA decidiu que podia reduzir o problema dos EUA com os gangs, pela deportação, de volta aos seus países, de centro-americanos que eram membros desses gangs. A consequência disto foi a explosão dos gangs Mara ao longo de El Salvador, das Honduras, e da Guatemala, aterrorizando as pessoas dessas nações e destruindo as suas economias até ao momento presente. Com as suas vidas ameaçadas em casa, milhões de centro-americanos foram levados a arriscar as suas vidas através de tentativas de emigração para os Estados Unidos. Alguns deles conseguiram.

Ver imagem ampliada



CC/Matheus K. Silva

Um grupo de membros do gang Mara Salvatrucha (MS-13), a 7 de Fevereiro de 2008

E, deportação de modo algum acabou com o problema nos próprios Estados Unidos. Os mesmos gangs expandiram-se ao longo dos Estados Unidos, e continuam a aterrorizar comunidades estadunidenses.

É Tempo de Colocar um Ponto Final no Ciclo de Violência Contínua

Lembra-se da insistência, de Ferguson e Paddock, de que reduzir a população exigiria um mínimo de 30 a 40 anos de guerra, na qual era irrelevante quem estava a matar quem?

Pela altura da criação dos Maras, et al., foi estabelecido um “acordo de paz” a cessar os mais de 12 anos de guerra civil em El Salvador, entre as forças organizadas à volta do ARENA (o partido governamental de direita) e as guerrilhas esquerdistas da Frente de Libertação Farabundo Martí

(FMLN). O acordo foi assinado em 1992, e é público que foi arranjado pela administração dos EUA à altura, a do Presidente George H.W. Bush. (A não ser esquecido: este “modelo salvadorenho” foi usado para formular, mais à frente, na Colômbia, o “acordo de paz” com os narcoterroristas da FARC.)

O acordo trouxe ao fim a troca de hostilidades da guerra, mas não fez pretensas de ser um compromisso de Vestfália para cessar o atrito em prol da construção de um futuro melhor para o país. Não providenciou o desenvolvimento económico necessário à consolidação de uma paz real. Foi um arranjo para dividir os espólios, alicerçado na premissa da continuação de uma “economia livre e aberta” a garantir apenas os direitos dos “investidores privados”.

Porém, pela altura em que o “acordo de paz” de 1992 acabou com uma forma de guerra, estava a haver a construção, na América Central, dos gangs de narcotráfico Mara, que foram lançados (inadvertidamente para si próprios) como uma nova forma de guerra populacional, ainda mais bestializada que a conflitualidade antes vista na região.

Este é o aparato que o Presidente Bukele está a confrontar, com o apoio de uma forte maioria do povo salvadorenho, a viver em El Salvador como nos Estados Unidos.

Em 2004, a 24 de Outubro, LaRouche atribuiu a responsabilidade a quem a responsabilidade pertence.

Este é um fenómeno de Nova Idade das Trevas. E, foi trazido à existência pelo governo dos EUA. Não é uma mera operação. É uma *política*. A política é a de destruir o estado-nação, a de destruir a ideia do estado-nação. A intenção é a de mergulhar todo o planeta numa Nova Idade das Trevas. Não se vão obter soluções a não ser que se mude a situação nos Estados Unidos.

1. Quando as reportagens [de Gary Webb](#) foram publicadas no *San Jose Mercury News*, Lyndon LaRouche comissionou à EIR que produzisse um [Relatório Especial](#) a adicionar essa documentação aos seus próprios e extensos ficheiros sobre o aparato de governo secreto de Bush. Esse Relatório Especial foi publicado em Setembro de 1996, sob o título “Um Presidente Bob Dole processaria judicialmente o Super-Barão das Drogas George Bush?”

Tradução: Rui Miguel Garrido